

FACHADA SOCIAL:

A deliberação da agenda na construção da identidade simbólica do grupo¹

Felipe Eduardo Lázaro Braga²

RESUMO:

O objetivo da pesquisa é investigar os mecanismos de determinação de agenda no interior de grupos de ação com vistas à construção/manutenção/alteração de uma fachada social. Para tanto, mobilizei o conceito de equipe, tal qual trabalhado por Goffman. A partir desse quadro teórico, procurei identificar os modos típicos de interação que descrevem as relações no interior dos grupos estudados. A interação assim configurada busca construir a agenda de atuação do coletivo com base em preocupações de ordem simbólica, de modo que o grupo possa se inserir no debate público de ideias. Para o levantamento de dados, entrevistei três coletivos, num total de nove entrevistas em profundidade.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais – Fachada Social – Identidade simbólica – Grupos de Ação.

ABSTRACT:

The objective of the research is to investigate the mechanisms for determining agenda within action groups towards the construction/maintenance/modification of a social façade. Therefore, I mobilized the concept of team, as worked by Goffman. From this theoretical framework, I sought to identify the typical modes of interaction that describe the relations within the groups. The so configured interaction seeks to build the collective performance of the agenda based on symbolic concerns, so that the group can be inserted in the public debate of ideas. For data collection, I interviewed three collectives, totaling nine in-depth interviews.

Keywords: Social Movements – Social Façade – Symbolic identity – Action Groups.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo é apresentar os mecanismos de determinação de agenda no interior de grupos de ação com vistas à construção/manutenção/alteração de uma fachada simbólica qualquer. Parto da ideia simmeliana (1964) de que o conflito é uma forma de associação, e não de ruptura, para enquadrar as redes de relações que perpassam as ações dos coletivos selecionados para coleta empírica. Ainda que estejamos diante de uma ação política contenciosa, a relação de conflito aproxima

¹ Projeto de iniciação científica conduzido em 2014. Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (projeto nº 2013/23904-2).

² Bacharel em ciências sociais, e mestre em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Graduando em filosofia na mesma instituição. Escreve sobre arte contemporânea, e trabalha com pesquisa de mercado e opinião. E-mail para contato: braga.felipe@aol.com

os antagonistas, e uma parte do comportamento coletivo dos grupos tem por objetivo não só perseguir suas metas dentro da arena beligerante, mas igualmente construir uma fachada social que aumente suas possibilidades de ação. Estou transpondo a terminologia goffminiana (“fachada social”) para uma realidade bastante intuitiva, a da construção da imagem pública dos coletivos. É importante que, para além das ações concretas realiadas, os grupos consigam mediatizar seus passos através da perspectiva mais favorável possível segundo seus objetivos de ocasião, construindo, portanto, uma identidade pública que se transforme, potencialmente, em capital político. Esses passos calculados vão cristalizando uma fachada social favorável ou desfavorável junto aos demais atores relevantes, incluindo, por suposto, a opinião pública em geral. “O confronto político surge quando pessoas comuns, sempre aliadas a cidadãos mais influentes, juntam forças para fazer frente às elites, autoridades e opositores.” (TARROW, 2009a, pp. 18). Isso significa que a fachada social pode se transformar em um relevante ativo simbólico que permite ao grupo não só se situar num ponto mais estratégico da arena de conflitos, mas igualmente arregimentar apoiadores, fechar parcerias, organizar ações comuns, aumentar o leque de apoio, etc.

A fachada social é um mediador simbólico que aproxima não só os representantes do coletivo e os demais atores significativos da sociedade civil, mas inclusive os membros do coletivo entre si. São aquelas perguntas básicas que expõe a pretensão representativa de um coletivo: quem somos? O que fazemos? A quem representamos? Essa identidade pública, essa imagem difusa, se cristaliza através do conjunto de ações, discursos, cronologia de atuação, eventos, que caracteriza a agenda social do grupo, isto é, o seu repertório específico de ações.

Os indivíduos podem reunir-se formal ou informalmente num grupo de ação em vista de promoverem interesses semelhantes ou coletivos através dos meios a seu dispor. Na medida em que cooperam na manutenção de uma impressão determinada, servindo-se disso como meio de realização dos seus fins, constituem aquilo a que aqui chamamos de equipe. (GOFFMAN, 1993, pp. 105).

O trecho é importante porque evidencia o problema crucial de investigação do artigo: 1) A fachada social é um capital simbólico importante para as ações dos grupos; 2) As ações públicas escolhidas (o repertório, a agenda do grupo) são influenciadas pelo impacto exercido na fachada social; 3) Os indivíduos arquitetam

as ações com vistas à manutenção/construção/modificação de uma fachada social a partir de múltiplos constrangimentos (recursos, oportunidades políticas). Isso fica evidente quando o autor diz que a equipe coopera em torno da “manutenção de uma impressão” com foco na audiência (que pode ser de antagonistas ou de apoiadores) e que essa impressão pode ser útil ou não à equipe. Aliás, esse é o próprio cerne da metáfora dramatúrgica goffminiana, na medida em que o ator (ou o conjunto de atores reunidos no interior de uma equipe) busca projetar uma imagem que lhe seja mais favorável e, com isso, garantir o controle das interações. A pergunta é: como os membros de um grupo atuam, selecionam repertório, refletem sobre eventos, com vistas a projetar uma fachada simbólica que cristalice uma identidade social do grupo, partindo da metáfora dramatúrgica de Goffman?

Disso não decorre que a fachada social seja encarada exclusivamente como um instrumento para aumentar as possibilidades de eficácia da ação dos coletivos. Quando Goffman diz que os atores instrumentalizam a fachada com vista “aos seus fins”, não podemos circunscrever o problema à temática da ação racional coletiva que não enxerga outra coisa senão o critério fundamental de maximização dos recursos. Mesmo a Teoria de Mobilização de Recursos, tributária direta dos escritos de Olson (MONASTERIO, 2010), leva em consideração aspectos de análise que vão além das escolhas puramente utilitaristas: “O modelo de Mobilização de Recursos que nós temos descrito aqui enfatiza a interação entre recursos disponíveis, a pré-existência de estruturas de organização de preferências, e as tentativas empreendedoras de atingir demandas desejadas”. (McCARTHY; ZALD, 1977, pp. 1236. Tradução minha). O que quero dissipar é a possível impressão reducionista de que a imagem social do grupo só entra na análise enquanto instrumento de maximização de recursos no interior de uma arena beligerante. Antes, a identidade simbólica cumpre funções muito mais sutis no processo de condução de uma entidade, na medida em que contribui para o sentimento de unidade (*esprit de corps*), eleva a autoestima dos indivíduos, estreita o vínculo entre representantes e representados, dá vazão para os vínculos subjetivos que antecedem a organização coletiva, etc. “Contexto de investimentos emocionais transpessoais, um contexto coletivo-psicológico de ação que possivelmente constrange e permite ações tanto quanto o contexto sócio-estrutural e cultural sobre os quais a atenção analítica tem

tipicamente focado atenção até aqui”. (EMIRBAYER; GOLDBERG, 2005, pp. 471. Tradução minha).

Mas isso não é tudo. Ao investigar os mecanismos de determinação de agenda no interior de grupos de ação com vistas ao estabelecimento de uma fachada social, procurei romper com uma dicotomia clássica da literatura produzida sobre movimentos sociais. Podemos elencar, de modo algo esquemático, três grandes correntes teóricas no final dos anos 1970: a Teoria de Mobilização de Recursos, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, e a Teoria do Processo Político (ALONSO, 2009; ALEXANDER, 1998; TONI, 2001); embora a Teoria de Mobilização de Recursos não tenha desaparecido do debate intelectual, ela foi incorporada, nas décadas seguintes, pelas duas outras vertentes teóricas, de modo que a discussão passou a ser travada entre a escola “americana” (mais política) e a escola “europeia” (mais culturalista). Se pudéssemos elencar os “líderes” dessas duas vertentes, provavelmente chegaríamos aos nomes de Charles Tilly e Alberto Melucci.

Pois bem, esse preâmbulo serve para que identifiquemos o modo pelo qual o problema da *identidade* é retratado nos dois mais importantes flancos teóricos: Melucci enfatiza os processos culturais que levam o grupo a sedimentar uma identidade unificadora capaz de congregar os esforços individuais em prol de um objetivo comum, de modo a cristalizar um *esprit de corps* com base em vivências subjetivas próximas. Estamos, portanto, diante de um esquema de interação intragrupal, que leva em conta os laços de pertencimento individuais para a construção de uma identidade comum, caso dos negros, dos imigrantes, dos homossexuais. (MELUCCI, 1994). Tilly, Tarrow e McAdam (2009), por outro lado, tratam do problema da identidade a partir das redes de interação entre os diversos atores coletivos; nesse esquema teórico, não podemos identificar a identidade simbólica como um produto exclusivo das deliberações intragrupais, porque esse fenômeno é um produto complexo das diversas negociações envolvendo não só atores de dentro do coletivo, mas inclusive agentes externos, interlocutores pertinentes para as aspirações do grupo. Assim, um coletivo de defesa da cultura negra não desenvolve uma identidade unicamente a partir de suas decisões internas, antes surge como resultado da dinâmica de interações que caracteriza a rede de contatos do coletivo; caso considerássemos a identidade como um fato

dados pelas decisões e ações internas ao grupo, recairíamos na *essencialização* da identidade, como se sua imagem simbólica fosse um produto exclusivo da vontade coletiva, e perdesse, portanto, o caráter dinâmico e mutável que caracteriza um objeto em constante e delicada negociação. “A noção de ‘identidade’ em si já coloca uma série de dificuldades teóricas. O problema principal é como reconciliar as pressuposições estáticas, categóricas e substancialistas da palavra com uma visão dinâmica, processual e interativa.” (MISCHE, 1997).

O ponto importante, aqui, é entender como os grupos de mobilização equacionam as suas expectativas de projeção junto à categoria de indivíduos que pretende representar (um fator, portanto, “interno” ao grupo), e os arranjos com os demais interlocutores sociais que são relevantes para a agenda política dos movimentos. Por exemplo: as prostitutas de Minas Gerais possuem uma série de demandas, padrões de sociabilidade, trocas de afetos, que condicionam o tipo de identidade assumida pelo grupo e que, em certo sentido, são anteriores à existência da APROSMIG (associação de defesa de prostitutas mineiras); por outro lado, as prostitutas precisam se projetar diante dos demais atores que são relevantes para o cotidiano de sua atividade, como a Polícia Militar, os agentes de saúde pública, os locatários dos prostíbulos mineiros, de sorte que a rede de interlocução influencia, de igual maneira, o tipo de agenda perseguida pelos coletivos. Eu reconheço a identidade difusa do meu grupo de pertencimento e, a partir daí, mobilizo um repertório de criatividade que, através de uma agenda de eventos e prestação de serviço, constrói a fachada social do meu coletivo, justamente para me projetar junto aos diversos atores.

Aqui, faço uma ressalva importante: dizer que investigamos o problema a partir do nível microssociológico não nos coloca automaticamente no polo culturalista. É verdade que o conceito central de “rede” traz a interpretação para próximo do trabalho tillyano, mas os nexos de pertencimento subjetivo, tal como aparecem nos artigos de Melucci, acabam por determinar o *frame* de análise dos atores envolvidos, ou seja, o modo pelo qual os indivíduos enquadram a realidade e constroem narrativas persuasivas para convencer os interlocutores da gravidade do seu problema. Assim, é necessário que as aspirações dos indivíduos, que são em grande medida determinadas pelo lugar social que ocupam, consigam elaborar o

frame de injustiça (GAMSON, 1996) capaz de demonstrar, num plano normativo, a arbitrariedade do tratamento recebido por aquele seguimento específico de vulnerabilidade.

2. METODOLOGIA

Como já foi dito, o propósito do artigo é discutir os mecanismos de interação intragrupais que selecionam o repertório de atuação pública com vistas a sedimentar uma fachada social qualquer. Isso pressupõe uma dupla função para o repertório: a primeira, e talvez mais óbvia, diz respeito à eficiência das ações na busca pelos objetivos do grupo; a segunda, e que é o corolário da primeira, reside no aspecto simbólico das ações selecionadas, na medida em que elas contribuem para a caracterização identitária do grupo (uma fachada social e simbólica). Vou citar um exemplo para tornar o argumento óbvio: os Black Blocs se utilizam fundamentalmente de um repertório violento para reivindicar a sua causa e, ao proceder dessa maneira, a imagem do grupo está estreitamente conectada com o repertório efetivamente desempenhado (DUPUIS-DERI, 2010).

Parto, portanto, de uma questão teórica (como o repertório de atuação do grupo, isto é, sua agenda pública, é influenciado pela expectativa de projeção simbólica) e apresento os resultados que são, eminentemente, exploratórios e empíricos, sem qualquer pretensão generalizadora. Entrevistei representantes de três coletivos, dois de São Paulo e um de Minas Gerais. Os dois de São Paulo são a ATEA (Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos), e o Periferia em Movimento; o primeiro busca defender os interesses de ateus e agnósticos no território brasileiro, sustentando a necessidade de mudanças no modo como o Estado lida com a questão religiosa, a fim de que a laicidade republicana seja plenamente observada. A ATEA foi criada em agosto de 2008. O Periferia em Movimento é um grupo que reúne jornalistas da região sul de São Paulo com o objetivo de escrever sobre e para os moradores de periferias; além disso, promovem debates, palestras, exposições e aulas públicas com o intuito de levar o jornalismo para as regiões mais afastadas do centro. Existe desde 2009. O terceiro grupo é a APROSMIG (Associação de Prostitutas de Minas Gerais), e tem como meta garantir a segurança e o respeito às profissionais do sexo em território mineiro. Elas ficaram nacionalmente (e

internacionalmente) conhecidas por patrocinar cursos de inglês para as prostitutas, de modo que elas estivessem habilitadas a atender os clientes estrangeiros durante a Copa do Mundo 2014.

Realizei três entrevistas em profundidade com cada um dos grupos. Na primeira rodada de entrevistas (uma entrevista por grupo), o objetivo era conhecer um pouco da história e das parcerias marcantes dos coletivos e, com isso, traçar uma cronologia de atuação de cada um deles. De posse dessa narrativa, desenvolvi um segundo questionário para aplicar na segunda rodada de entrevistas (duas entrevistas por grupo com pessoas diferentes), e cujo foco foi a dinâmica de relações no interior do coletivo. Como essas relações intragrupais pertencem a uma “zona de bastidores” que não está à disposição da curiosidade externa, decidi realizar uma entrevista prévia, mais “institucional”, para me cercar da terminologia usada pelos grupos, suas ações e aspirações, de sorte que a condução da segunda entrevista, mais “íntima”, mobilizasse um vocabulário nativo e, portanto, evocasse uma certa proximidade com os interlocutores, estabelecendo com eles um laço de confiança. No final, realizei a análise das nove entrevistas em profundidade no software qualitativo FreeMind.

Apresento os resultados empíricos começando com a dinâmica interna de decisão sobre o repertório de ações, enfatizando o papel dos líderes no processo. Depois, faço uma análise sobre o objetivo específico de cada tipo de ação, se de aproximação com a categoria social representada pelo coletivo, ou se, ao contrário, de busca por aumentar a audiência para a causa que defendem. Passo então a considerar o papel reservado à rede de relações do grupo no processo de decisão sobre a agenda de eventos, isto é, como o repertório de ação é pensado para arregimentar parcerias e estreitar laços com outros agentes relevantes do debate público. Por fim, apresento o modo pelo qual a preocupação com a fachada social do coletivo, sua imagem, sua identidade, se dá no processo cotidiano de decisão da agenda.

3. A LIDERANÇA E SUA EQUIPE

Para compreender como o repertório de ação dos grupos era decidido (a sua agenda), apresento a relação estabelecida entre as lideranças e os membros menos graduados dos coletivos.

Tanto na APROSMIG como na ATEA, temos figuras que são incontestavelmente reconhecidas como líderes, Cida Vieira e Daniel Sottomaior. Ao traçar o histórico de ações do grupo, verifiquei que os líderes têm papel de destaque enquanto autores dos principais eventos. Além disso, a atuação desses indivíduos está duplamente ratificada, tanto pelos cargos que ocupam, como por características pessoais: Daniel é, além de presidente da ATEA, um homem que se dedica enfaticamente à reflexão sobre o ateísmo, sendo reconhecido como o principal representante dos ateus no Brasil. Cida é presidente também, e é vista pelas outras companheiras como detentora de um carisma indispensável para representar as demais mulheres prostitutas, está sempre promovendo eventos inovadores para elevar a moral delas. Assim, essas duas figuras são núcleos gravitacionais em torno dos quais a atividade do coletivo orbita.

A despeito dessa reconhecida liderança, nenhum deles é caracterizado como autoritário. Existe, ao contrário, plena consciência, entre os membros dos respectivos grupos, de que os presidentes nada fariam se não fosse o trabalho de assessoria do conjunto, de sorte que o *staff* recebe as ideias de atuação do presidente e, a partir daí, dá sugestões, aponta equívocos, reforça este ou aquele aspecto da proposta, desencoraja alguma estratégia que não se coadune com a proposta pública do grupo como um todo, e assim por diante. Disso decorre que os demais membros atuam como “avalistas” da figura do presidente: 1) os indivíduos bancam as ideias, dão sustentação para que elas se materializem; 2) os demais membros confiam na força de liderança do presidente, dão amparo moral e logístico às suas ideias; 3) auxiliam o presidente na formulação e desenvolvimento das ideias; 4) a própria etimologia da palavra “avalista” (de avaliar): são os indivíduos que primeiro recebem as ideias do presidente e debatem os pontos positivos e negativos, de modo a sofisticar a ideia antes de ela se tornar realização.

Um terceiro aspecto que reforça a figura do presidente é o fato de que eles são o rosto do coletivo, eles estão à frente das entrevistas, dos eventos, das

palestras, enfim, são as pessoas que melhor encarnam (no sentido de personificar) aquele projeto de atuação. Claro que, no decorrer das interações cotidianas, outros membros são igualmente responsáveis por dar ideias e promover debates, no entanto o modelo de relação entre o presidente e os demais representantes é aquela típica.

Então, o Daniel [presidente da ATEA] toma a maior parte das decisões, e as ideias é o Daniel que tem. Porém o Daniel nunca foi autoritário, nunca chegou “vamos fazer isso e acabou”. Ele sempre veio consultar, “o que você acha dessa ideia”? Pergunta pro Alfredo. “O que você acha dessa ideia?” E aí a gente, ele acata também nossa opinião. Já aconteceu, bem no começo, de ele ter uma ideia, ele vir me consultar, e eu falar não. Não vai rolar dessa maneira. (Maurício, ATEA).

Nós [staff APROSMIG] damos ideias, mas eu vou ser honesta, as ideias mais malucas, mais mirabolantes quem tem são ela [Cida Vieira, a presidente]. “Laurinha, eu tô pensando, vamos fazer isso!”. (Laura, APROSMIG).

O poder majoritário é dela [Cida Vieira] porque ela é presidente, mas ela tem consciência que ela não faz a APROSMIG, se o conselho fiscal barrar, se a diretoria financeira barrar, entendeu? E mesmo que aconteça alguma divergência, a gente sempre chega a um consenso, e aquilo acaba acontecendo. (Patrícia, APROSMIG).

A descrição contida nos verbatins é bastante recorrente, de modo que a discussão sobre a gênese das ideias transparece esse movimento duplo, em que a liderança é claramente identificável, seja pelos grandes insights de eventos e ações midiáticas, seja pela condução corriqueira das decisões cotidianas, mas reivindica, ainda assim, o apoio dos demais membros para sua execução.

O Periferia em Movimento, por outro lado, é um coletivo menor, sofreu alguns desfalques e hoje tem dois representantes que cuidam dos eventos e das publicações, o que não dá margem para o surgimento de uma liderança bem definida. Essa constatação enseja a necessidade de acrescentarmos um elemento à análise, o da escala dos grupos: estou trabalhando com coletivos de pequeno e médio porte (o que representa a grande maioria dos grupos de ação), de sorte que, à medida que cresce o tamanho do coletivo, cresce também a burocratização das funções, uma constatação absolutamente familiar à sociologia.

Ainda sobre os processos de deliberação, verifiquei o movimento de separação das funções do coletivo de maneira mais ou menos demarcada, de modo que cada integrante assume um conjunto particular de tarefas na rotina do grupo.

Isso se manifesta mesmo no Periferia em Movimento, que passa por um processo de transição de formato. Para ele, a divisão cada vez mais delimitada de atividades entre os membros representa um ganho de profissionalização e gestão. Os dois pontos fundamentais que descrevem a interação no grupo é, pois: (1) a relação entre o presidente e os demais membros e (2) a divisão de tarefas rotineiras, o que coloca cada integrante em contato com um ponto específico do projeto do coletivo, e o habilita a sugerir ideias a partir desse ponto de contribuição.

A separação das funções é justificada com base no critério de eficiência, dado que tarefas rotineiras são executadas com maior desenvoltura. No entanto, a separação *burocratizada* de atividades representa também um passo de legitimidade no percurso de criação/ administração do coletivo, na medida em que a distribuição de cargos, isso a partir de uma estrutura mais ou menos institucionalizada de tarefas rotineiras, reforça a organização e profissionalização junto aos seus parceiros relevantes. Em outras palavras: um grupo precisa ser organizado porque isso é intrinsecamente mais eficiente, mas ele precisa inclusive (ou *ao menos*) parecer organizado, de modo que suas possibilidades de angariar parcerias estratégicas possam se expandir. A separação de tarefas é, portanto, um cartão de visitas de seriedade que o grupo apresenta nos contatos diários:

Tem que haver cargos. É uma coisa que a gente lutou pra montar essa associação [APROSMIG], a gente precisa de uma coisa certa, correta. Tem que existir um presidente, um vice, uma secretaria, um conselho, um departamento financeiro, um departamento jurídico. E é assim que funciona. Existe nosso estatuto, pra que isso dê certo, a gente tem que começar certo. (Patrícia, APROSMIG).

Quando precisa, a gente se ajuda. Tanto que a gente ficou de ver com relação a como a gente nomeia o que cada um faz, cargo, sei lá o quê. Geralmente a gente fala “somos idealizadores, somos jornalistas do Periferia em Movimento”, e não tem um título assim. Será que a gente traz títulos convencionais, ou a gente cria um outro conceito? (Aline, Periferia em Movimento).

Mesmo quando há relutância em adotar as expressões usuais para designar as funções, os membros se veem na contingência de apresentar o grupo e, por conseguinte, os papéis que cada um desempenha na condução do coletivo, o que denota a preocupação em transmitir esse *senso prático de organização* que subjaz às atividades cotidianas. O caso do Periferia em Movimento será melhor discutido em algumas linhas, mas já aqui indico essa busca da delimitação de tarefas como

uma tentativa de alçar o grupo a um novo status de administração, dado que ele passa por um processo de remodelação substancial.

4. AÇÃO DE REPRESENTATIVIDADE, AÇÃO DE RESSONÂNCIA

Dessa dinâmica de interações microssociológicas, surge a definição do repertório do grupo. Mas o histórico de cada repertório específico exerce influência na dinâmica de interações. Ações que são parte rotineira da atuação não são submetidas a um escrutínio conjunto, detalhado, pormenorizado, crítico (relação presidente-avalista), como é o caso dos novos incrementos de repertório. Essa é, aliás, uma ideia bastante intuitiva: quando um tipo de ação está cristalizado no repertório cotidiano do coletivo, essa ação já deitou raízes na vida habitual e corriqueira de interações, já faz parte da cronologia de eventos regulares e, portanto, foi ratificada pela rede de interações que envolve o coletivo. Sua condução, nesse sentido, é parte constante e institucional da rotina daquele grupo.

Por outro lado, as ações inovadoras que serão encampadas ainda não enfrentaram o julgamento da rede de interações, dos parceiros relevantes, dos atores que são significativos para os objetivos sociais do coletivo. Cada novo acréscimo de repertório é, na mesma medida, uma possibilidade de reforço positivo da fachada social, e uma ameaça às conquistas passadas. A nova ação deve enfrentar, portanto, o crivo dos membros do coletivo, seguindo a dinâmica presidente-avalista descrita acima.

Nessa chave, é interessante notar a diferença no sentido da atuação: as ações mais rotineiras têm como foco os representados do grupo, a categoria social pela qual o grupo afirma responder, afinal de contas, a fachada social exerce impacto não só na rede de parceiros do coletivo, mas igualmente demonstra para os representados que aquele coletivo *de fato* atua em favor de seus interesses, de sorte a legitimar a relação entre a categoria social, e a burocracia da representação (os ateus e a ATEA, por exemplo). Assim, a distribuição de camisinhas (APROSMIG), as publicações jornalísticas da agenda cultural da periferia (PeM), os processos judiciais (ATEA), são o “portfólio” dos coletivos que justifica a relação representante/representado.

Quero colocar ênfase nessa ideia: a fachada social não é algo estático, mas um fenômeno *negociado, trabalhado, sempre submetido à prova toda vez que o grupo atua no mundo social*. Além disso, ela não é una, porque varia de acordo com o grupo avaliador: a ATEA é vista de modos distintos pelos ateus favoráveis, pelos ateus desfavoráveis, pela opinião pública que tem conhecimento de sua atuação, pelos religiosos, etc. Assim, a interação intragrupal com vista a selecionar o repertório ótimo, de acordo com as possibilidades avaliativas de cada momento, precisa equacionar o impacto das ações em todos esses subgrupos, de modo a encarar escolhas mais ou menos dilemáticas.

Além das ações rotineiras que têm como foco os *representados do grupo* (categoria dos ateus, categoria das prostitutas, moradores da periferia), existem aquelas outras cuja direção visa à opinião pública através da mídia: a ATEA com o desbatismo (performance irônica em que um grupo de ateus simula um ritual de batismo ao inverso, o desbatismo, “enxugando” a água batismal do ritual católico com um secador elétrico) e os outdoors (campanha publicitária que mencionava a filiação religiosa de vários personagens condenáveis da história, como Hitler); a APROSMIG com o Puta Day (dia de conscientização para debater a prostituição no Brasil), o Time das Peladas (jogo de futebol organizado durante a Copa do Mundo de 2014, em que times completamente formados por prostitutas se enfrentavam mutuamente), o Miss Prostituta (concurso de beleza cujas concorrentes eram, evidentemente, prostitutas); e o Periferia em Movimento com A Margem da Margem (série de entrevistas e documentários retratando os grupos marginalizados da periferia, aqueles que não apenas vivem na periferia, mas que sofrem preconceito inclusive de outros grupos marginalizados, caso dos bolivianos, dos transexuais, etc).

Assim, nós temos dois escopos de atuação, um de *representatividade*, outro de *ressonância*: de um lado, o grupo precisa solidificar a relação entre si e os representados, na medida em que o seu primeiro objetivo é se projetar como o legítimo representante daquela categoria social de indivíduos. Por outro lado, as ações precisam ganhar ares mais amplos, gerar repercussão, criar mídia positiva (aliás, qualquer tipo de mídia já é mídia positiva, dependendo do ponto de vista), de

modo a ressoar o próprio trabalho. Assim, o repertório do grupo pode ser classificado tanto em relação à direção da ação, quanto à cristalização da ação.

A gente procura sempre inovar, mas inovar de uma forma que chame atenção. Porque na verdade tudo o que é diferente chama a atenção. A APROSMIG é diferente, naturalmente ela é diferente. Então assim, é isso aí que você tá vendo, muitas outras coisas virão, porque a gente conhece nossa presidente. Ela já tá fazendo um [evento] preocupada com outro. Vem agora a virada cultural, com certeza, ela não vai deixar passar em branco. (Patrícia, APROSMIG).

Visibilidade. Tudo o que é campanha de mídia, o foco é visibilidade. (Daniel, ATEA).

Ela é uma das ações [processo contra o apresentador Luís Datena] que me deu mídia, mostrando a proposta do ativismo judiciário nosso. Contribui também para que ele [Datena] seja inquirido sobre isso, o que eu acho que é uma das coisas que deixa claro o tipo de coisa que a gente faz. Ir aos tribunais, lutar contra os preconceitos, não necessariamente essas duas coisas juntas, mas elas são grande parte do que a gente faz. Tá no alto da nossa escala de prioridades. (Daniel, ATEA).

Essa divisão, no entanto, foi elaborada para fins puramente analíticos. É claro que todo o repertório é, ao mesmo tempo, foco de representatividade e foco de ressonância, e a última fala exemplifica bem isso: quando o presidente da ATEA diz que a ação contra o Datena gerou mídia positiva para o grupo e, ao mesmo tempo, divulgou o tipo de ação cotidiana da entidade, ele não faz outra coisa senão aludir ao duplo propósito de (1) estreitar a relação entre o coletivo e os representados e (2) publicizar as ações da ATEA. No entanto, o repertório cotidiano está mais próximo dos representados: quando as garotas de programa vão recolher sua cota mensal de camisinhas e gel lubrificante, verifiquei o tipo de ação que põe em primeiro plano a relação entre a entidade representativa e o indivíduo representado, do mesmo modo que as ações judiciais da ATEA e as publicações do PeM. Coisa distinta é falar do concurso Puta Day, em que a presidente trabalha arduamente para garantir o comparecimento massivo da mídia na data do evento, ou falar nos outdoors da campanha contra o preconceito religioso: estamos diante de repertórios de natureza distinta, com objetivos distintos e públicos não totalmente homogêneos.

A despeito disso, a escolha do repertório, submetida a esse duplo constrangimento, não opera num vácuo cognitivo. Os grupos estabelecem recortes na realidade, de modo a enquadrar os problemas cotidianos dos representados através de certas narrativas (GOFFMAN, 1974). Assim, existe uma estreita relação

entre as ações encampadas e a interpretação da realidade defendida pelo grupo: as prostitutas são vistas como mulheres feias, mulheres da ralé, pessoas que não têm qualquer perspectiva a não ser o trabalho sexual; para responder a isso, realiza-se o Miss Prostituta, o Puta Day, que busca justamente dar visibilidade às prostitutas, levantar-lhes a moral, a autoestima. Por outro lado, o Periferia em Movimento se insurge contra a visão estereotipada contida nas descrições rotineiras sobre a periferia de São Paulo. Promovem, pois, oficinas de jornalismo com habitantes de locais marginalizados, justamente para que eles desenvolvam um mínimo de domínio técnico e possam, eles próprios, produzir conteúdo e criticar conteúdo a partir da perspectiva da periferia. A ATEA considera inapropriado que crianças sejam batizadas sem que tenham o devido amadurecimento cognitivo, e realizar uma performance como o desbatismo é uma maneira de ilustrar essa questão. O que verifiquei, assim, é a estreita sobreposição, no nível discursivo, entre o enquadramento da realidade e a escolha do repertório, o que garante que os grupos solidifiquem sua fachada social, materializando os problemas da realidade cotidiana em ações que sejam pertinentes para a discussão dos desafios dos representados.

Então juntava a necessidade dos protestos contra os abusos, com o protesto generalizado, com relação à questão do batismo, pega a criança que não tem nenhum poder de escolha, e diz: “você é cristão”. (Daniel, ATEA).

Eu acho que existe uma ampliação do conceito do que é periferia. O que é a periferia? É quem tá na margem do centro. Mas que centro? Centro geográfico? Econômico? Político? Cultural? Ou tudo isso? No centro de São Paulo, é bem visível que é tudo isso. É tudo isso. No centro, você tá no centro geográfico, mas também no centro econômico, cultural, mas cultural no sentido do que é hegemônico. Porque na verdade, falar de cultura em São Paulo, acho que a periferia tem uma força monstruosa. Qual a forma de cultura? Tem que falar das manifestações culturais da periferia. As pessoas não enxergam valor nisso. (Tiago, Periferia em Movimento).

Foi uma ideia [Miss Prostituta] da nossa presidente, né? Que a que gente quis falar? Pelo fato das meninas serem mal vistas, a gente quis mostrar que elas tinham valor. E a forma que a gente encontrou isso foi fazendo esse concurso. Antes de sermos prostitutas, somos mulheres, somos humanas, mães. Elas têm problemas como qualquer outra pessoa. Então por que a gente não poderia fazer um programa que levantasse a moral, a autoestima delas? (Patrícia, APROSMIG).

Aqui, no entanto, preciso fazer uma ressalva: o enquadramento da realidade é o modo com que os membros do coletivo narram os fatos cotidianos, é uma interpretação própria dos desafios da vida. “The term ‘frame’ (and framework) is

borrowed from Goffman (1976:21) to denote 'schemata of interpretation' that enables individuals 'to locate, perceive, identify, and label' occurrences in their life space and the world at large." (SNOW; BENDFORD; 2008, pp. 464). Os esquemas de interpretação são, portanto, guias de referência que articulam o discurso sobre as injustiças do mundo e a ação do coletivo; digo isso apenas para que não identifiquemos no *frame* a causa para a ação, como se os indivíduos fossem movidos pelas ideias que sustentam, numa descrição monocausal do repertório (se as prostitutas são vistas como mulher ralé, *então* é necessária uma ação que eleve sua autoestima). As possibilidades de ação são múltiplas, e os constrangimentos são igualmente numerosos, de modo que o enquadramento da realidade comporta um leque substancial de escolhas. É impossível entender um fenômeno social sem incorporar à análise a criatividade da agência humana.

5. AS PARCERIAS

As ações e eventos que configuram a agenda dos grupos vão cristalizando uma identidade de atuação que estreita laços de engajamento mútuo. Os parceiros aceitam atuar ao lado do coletivo em função do tipo de evento elaborado. Assim, o Miss Prostituta não foi pensado, mesmo que indiretamente, como um evento adequado para ocorrer no Shopping UAI (espaço no qual a ação é conduzida, e que foi franqueado através de uma parceria com o dono do estabelecimento). O Miss Prostituta, antes, foi concebido e projetado sem que qualquer parceiro em especial estivesse no horizonte de articulação, de modo que o acordo entre a APROSMIG e o proprietário do shopping foi ratificado em função das características originais da proposta, ainda que ela não tenha sido planejada para aquela parceria em especial. Da mesma maneira, o Periferia em Movimento não orquestra suas ações visando um parceiro em especial, mas fecha acordos devido à bagagem de ações que caracteriza a cronologia de atuação do grupo. Quando um coletivo está imerso numa rede de interações, é necessário que a entidade projete (e proteja) uma fachada que viabilize suas ações futuras, de modo a cristalizar, através do repertório, uma imagem que sirva de ponte entre representante e representado e, ainda por cima, aumente as oportunidades de inserção no debate público (entidades com imagens corrompidas, vistas como lucrativas ao invés de ideológicas, acabam por minar suas

possibilidades de influência). Se é assim, o cuidado com a seleção de repertório aumenta as possibilidades de acordos com parceiros.

Dizer que a ação não foi pensada para conquistar um parceiro específico, contudo, não significa dizer que os grupos não tenham consciência de que as parcerias são fundamentais para viabilizar logisticamente um determinado evento, isso porque muitas das ações só podem se materializar, inevitavelmente, a partir de vínculos extragrupo. A APROSMIG compreende, pois, que o Miss Prostituta só será realizado através de uma parceria estratégica, do mesmo modo que o Periferia em Movimento precisa dos editais da prefeitura para financiar algumas de suas ações. As parcerias entram no “cálculo” da ação como *extensão do trabalho de construção do coletivo, e não como foco do repertório*, o que significa dizer que a agenda não está pautada pelo parceiro x, y, ou z, mas pelo “parceiro abstrato” que inevitavelmente participará da execução da ação, condição necessária para que ela se viabilize.

A gente é [influenciado pelos parceiros do Periferia em Movimento], mas a afinidade vem antes. A gente conhece o trampo deles, a gente já observa há bastante tempo, então a gente já divulga eventos que estavam rolando. Até a gente chegar e conversar com alguém do movimento, e produzir um material [juntos], levou um tempo. Acho que... Não sei se tem essa influência, da gente pautar o nosso conteúdo a partir da parceria. Claro que, a partir do momento que a gente tem uma proximidade maior, isso pode influenciar o nosso conteúdo, mas não é programado. (Tiago, Periferia em Movimento).

Todos os nossos parceiros ficam cientes do que a gente faz aqui na associação [APROSMIG]. Acaba ficando “um ajuda o outro”. (Patrícia, APROSMIG).

E isso é igualmente verdadeiro para a ATEA, coletivo que dispõe de um número quase nulo de parcerias: dado que o ativismo do grupo é fortemente marcado pelos processos judiciais, o estabelecimento de acordos extragrupais é francamente contingenciado, na medida em que ações na justiça exigem apenas a contratação de advogados, e não a mobilização de uma teia contundente de parcerias. O ativismo judicial, neste caso, não exige vínculos muito fortes entre entidades exógenas ao grupo, o que determina a rede pouco desenvolvida da ATEA.

Certas narrativas, no entanto, exercem mais apelo na hora de enquadrar possíveis apoiadores. O apoio está condicionado, nesse sentido, à abordagem da realidade sustentada pelo grupo, o que pode aproximar os agentes com vistas ao

“ganho mútuo”. A APROSMIG tem um recorte persuasivo para angariar parcerias, e os membros da entidade têm consciência do potencial retórico do frame; de maneira análoga, o PeM constrói sua rede de articulações com base em afinidades medidas a partir do histórico dos demais grupos, e nessa avaliação entra tanto as ações passadas, quanto as narrativas dos demais coletivos.

Eu acho que nós [prostitutas] somos classificadas como a parte dos excluídos. E o que aconteceu, nosso país passou por uma mudança muito grande, inclusão social, e nós nos enquadrado nisso. E isso é bom pro empreendedor, no caso pro Elias [parceiro do Miss Prostituta], isso é as mil maravilhas, porque ele pode ajudar, né? E acabou ficando muito mais conhecido do que a já é. Porque a APROSMIG dá visibilidade, não adianta você falar que não, então o que a gente faz, une o útil ao agradável. A gente une a parceria, vamos dizer assim, de bom empresário, com uma classe social baixíssima. Quer coisa melhor pra mídia? (Patrícia, APROSMIG).

Por exemplo, a gente tem [parceria com] o movimento Mães de Maio, que luta contra a violência desde 2006, depois dos ataques do PCC, e que foram violentamente reprimidos pela polícia. E a polícia acabou matando como forma de vingança, acabou matando muitos civis, parte deles inocentes. É um grupo de mães dessas pessoas que foram mortas, num grande movimento, e que luta contra a violência do estado. (Tiago, Periferia em Movimento).

6. FACHADA SOCIAL

Por fim, quero discutir o processo de escolha do repertório que leva em consideração direta o impacto das ações sobre a fachada social. Quero evidenciar, aqui, a dimensão *consciente* desse processo de escolha, isso com o intuito de demonstrar que o argumento até aqui esboçado não é simples produto da interpretação distanciada do pesquisador, e que busca, a todo custo, forçar seu objeto teórico goela abaixo da realidade, *mas está presente na dinâmica interacional dos grupos estudados*. Ademais, é evidente que a fachada social de um grupo qualquer não é um dado concreto e mensurável; antes, é uma interpretação, uma intuição, um conjunto difuso de impressões por parte dos membros do grupo que tentam, a todo momento, inferir os impactos possíveis de uma ação qualquer sobre a identidade do coletivo.

O Periferia em Movimento, por exemplo, atravessa uma situação que se nos apresenta como extremamente favorável para investigar essa questão: o grupo surgiu como um blog em 2009 e, nele, publicavam material excedente do TCC; depois, passaram a ter como carro-chefe a divulgação da agenda cultural da periferia; agora, ambicionam formatar o coletivo para que algumas das ações sejam

comercializadas, de modo que os membros possam se dedicar integralmente ao PeM, sem outras vinculações profissionais. Nesse sentido, os integrantes procuram desconstruir a imagem caracterizada pela divulgação passiva de conteúdos externos, e projetam ações que aumentem a autonomia do grupo na procura por pautas próprias. Nas palavras dos respondentes, “pautar mais e ser menos pautado”. Assim, a fachada social, assentada sobretudo na divulgação da agenda cultural da periferia de São Paulo, precisa ser reelaborada através de um repertório alternativo de ações e eventos, para que as suas possibilidades de atuação (e, por consequência, de resultados futuros) se ampliem. Essa reelaboração passa pelos processos de interação intragrupais que planejam o repertório, constroem as parcerias e, através desse circuito, conseguem impactar a fachada social que o coletivo ambiciona alterar. O sucesso da modificação/constituição da fachada passa pela eficiência com que projetam o repertório, daí a importância da dicotomia entre ações de representatividade e ações de ressonância, na medida em que o grupo precisa atingir o ponto ótimo entre legitimação da representação perante os grupos de representados, e a mediatização das ações, caso contrário boas ideias dissolvem seu potencial realizador.

Coisa parecida encontrei na ATEA: uma indagação importante é se o grupo deve adotar uma posição abertamente anticlerical, ou apenas promover ações e eventos que defendam a laicidade do Estado, sem com isso direcionar críticas explícitas às religiões dominantes. Se a opção é por reforçar uma fachada anticlerical (de ataque às instituições religiosas), o grupo se cerca de polêmica e, em função da mídia espontânea gerada, angaria um bom número de apoiadores. Essa mesma fachada, no entanto, cobra dividendos: ateus que apoiariam a organização se sentem desconfortáveis em declarar suporte, dado que o conteúdo anticlerical não é um conteúdo unânime – cada passo em direção à polêmica torna o coletivo mais visível e mais minoritário. Estamos diante de uma escolha de repertório que gera impactos substanciais na fachada social do grupo, e que, em função disso, mobiliza intenso debate interno, já que coloca em flagrante contraste as ações de ressonância (aquelas que geram mídia e angariam seguidores), e as ações de representatividade (aquelas que estreitam a relação com os segmentos de representação do coletivo).

A APROSMIG trabalha para construir eventos de grande repercussão, realiza concursos de beleza de prostitutas, oferece aulas de inglês para as garotas, organiza um time de profissionais do sexo para jogar durante a copa, celebra o Puta Day para celebrar o dia da prostituta, dentre outras ações que cristalizam essa identidade inovadora, multifacetada, mesmo lúdica do grupo. Existe, inclusive, certa expectativa por parte dos membros da APROSMIG sobre quais serão as próximas ideias da presidente. Temos, portanto, uma busca pela influência sobre a fachada, mas essa busca tem um detalhe importante, e gostaria de me debruçar sobre ele.

O PeM está num processo diferente daquele que identifiquei na ATEA e na APROSMIG: enquanto que nestes grupos a deliberação sobre a agenda envolve muito mais a consolidação de um tipo de identidade já estabelecida, o PeM busca alterar essa fachada, de modo que o grupo possa ser identificado com outros tipos de repertório. Essa variedade de posturas (manutenção e alteração da identidade do grupo) se manifesta na forma de encarar o problema da fachada social: quando o coletivo trabalha no sentido de *manter as ações habituais, a relação entre o coletivo e a fachada é mediada, indireta, de sorte que a preocupação com a identidade não é objeto deliberado de ação*; por outro lado, quando a postura do grupo visa à *alteração da identidade do coletivo, a preocupação com a fachada está presente na consciência dos representantes e é objeto de deliberação explícita*.

Veja que, em ambos os casos, a fachada social do grupo é importante para os processos de seleção de repertório, mas a imagem do grupo só é conscientemente objeto de debate quando o grupo passa por um processo de diferenciação de sua natureza. No caso do PeM, o coletivo precisa travar novos vínculos, estabelecer contatos, introduzir-se em novos ambientes, o que demanda uma preocupação nítida, imediata, com a sua própria imagem. Para os próximos passos, não é vantajoso que a entidade seja tão pautada por acontecimentos que estão fora do seu âmbito de ação; é importante que o grupo consiga protagonismo nas ações que compõe o repertório, portanto os responsáveis por pensar a agenda devem levar em consideração essa dicotomia entre imagem passiva e imagem ativa.

Além disso, os líderes apresentam uma preocupação explícita com o tipo de *inserção específica* que caracteriza a participação do PeM no debate público: segundo eles, outros grupos já assumiram a dianteira na divulgação das atividades

culturais da periferia (como o blog Mural da Folha), de modo que manter a própria identidade atrelada ao repertório exclusivo de divulgação de eventos não consegue singularizar, como antes, a sua atuação. É preciso, então, enfatizar a parcela de repertório que consiga sublinhar o grupo diante dos demais, o que garante que a sua imagem não esteja vinculada ao ostracismo de ser uma voz no meio do eco. Essa é a atual postura do PeM: apresentar-se como um grupo que pauta as próprias ações, que estabelece parcerias estratégicas, e que desenvolve o pensamento crítico sobre as formas atuais de disseminação de informação jornalística.

A dinâmica nos demais coletivos é diferente. Quando perguntei sobre a imagem do grupo, a resposta é sempre hesitante, não há de pronto uma verbalização sobre a fachada perseguida. Mas mesmo neste caso, as preocupações de ordem simbólica exercem impacto sobre os processos de deliberação, conquanto seja um impacto diluído por situações que servem de ponte entre a fachada social, e a deliberação do repertório. Nos casos em que os grupos não adotavam uma postura com vistas à alteração da identidade, a preocupação com a imagem só aparecia com a mediação de uma situação concreta. Certa feita, na ATEA, foi sugerido que o grupo associasse certos preceitos do vegetarianismo à atuação em defesa dos ateus e, a partir da dinâmica de deliberação presidente-avalista, essa possibilidade foi negada; mas ela foi negada, justamente, com base num argumento de origem simbólica, na medida em que a imagem da ATEA poderia perder força caso sua atuação não estivesse circunscrita à defesa da laicidade. Nesse mesmo sentido, a ATEA enfrenta o impasse de se apresentar ou não se apresentar como um grupo anticlerical: de um lado, ser anticlerical gera polêmica, o que traz publicidade para o grupo e, como consequência, mais gente que conhece o trabalho da entidade; por outro lado, ser anticlerical não é uma unanimidade entre ateus, o que acaba por afastar apoiadores que são a grande razão de ser da entidade. Temos, portanto, uma situação clara em que a imagem do coletivo exerce um impacto real não só sobre os resultados possíveis de atuação, mas sobre a dinâmica de deliberação, e os próprios respondentes identificam esse *trade-off* de maneira clara.

Eu imagino que quem só conhece as nossas postagens [no Facebook], e nada mais, tende a nos identificar como antirreligiosos e só. Por outro lado, quem só conhece as ações da entidade, tende a identificar como ativistas

contra o preconceito, e aí depende... Você já viu aquela história dos cinco cegos? Um tateou a tromba, e falou que o elefante era só a tromba? Então, acho que é isso. [Daniel, ATEA].

A imagem da ATEA, ela tá manchada por causa disso [postura anticlerical]. Talvez manchada, não sei se é uma palavra. De uma certa forma, tá mesmo. Teve muitas pessoas que a gente sabe que são ateus, bons ateus, e que não estão com a gente, porque a ATEA faz esse tipo de abordagem. Mas foi uma escolha que foi feita. A gente precisava aparecer, uma organização que a gente tivesse uma dúzia de associados a gente não aparece em lugar algum. A gente precisa realmente de gente. Quanto mais a gente demonstrar força, melhor. E essas pessoas que são contra, que saíram fora, tão fazendo o trabalho inverso, em vez de unir, conquistar o que elas próprias querem, elas tão deixando de agregar. Foi uma estratégia, uma tática de aparecer, é arriscado, tem que trazer mais gente, a gente precisa de associado. A gente tem bastante associado, mas não tem muita gente que contribui. [Maurício, ATEA].

7. CONCLUSÃO

Ao longo da discussão, instrumentalizei o arcabouço teórico goffminiano para interpretar a relação entre a agenda de ações de um grupo, e a preocupação com a identidade simbólica resultante do repertório adotado, objeto que eu chamei de “fachada social” (inspirado em A Interpretação do eu na vida de todos os dias). Procurei demonstrar, a partir daí, o padrão de relação líder-avalista, em que a liderança de um indivíduo é claramente reconhecida e sustentada, enquanto que os outros membros avalizam as ações propostas mediante debate sobre as consequências e indicando possíveis melhorias. Além disso, analisei o duplo aspecto simbólico e eficiente da diferenciação dos papéis na dinâmica de administração cotidiana.

A interação assim configurada busca construir a agenda de atuação do coletivo, de modo que ele se insira no debate público de ideias com o intuito de cumprir sua *razão de ser* primária, a de representar uma categoria social de indivíduos. Identifiquei dois tipos de ações que compõem esse repertório, *as ações de representação*, e *as ações de ressonância*. As ações de representação colocam em primeiro plano *a relação entre o coletivo representante e a população representada* (ativismo judicial, divulgação cultural, distribuição de camisinhas); *as ações de ressonância buscam atrair mídia para o coletivo*, e todas as benesses que acompanham a ampla divulgação do trabalho perpetrado pelo grupo. Ambos os tipos de ação são cruciais para a construção da fachada, já que uma caminha no sentido de *legitimar a pretensão de representação do grupo*, e a segunda de *expandir o*

impacto midiático dessas ações. Em outras palavras: o grupo precisa fazer, e precisa que os outros saibam que estão fazendo.

As ações de representatividade e de ressonância acabam por seguir lógicas interacionais distintas, na medida em que as ações de representatividade já estão cristalizadas no repertório dos grupos; as ações de ressonância, de apelo mais midiático, só conseguem a atenção pretendida se forem inovadoras, criativas, pouco usuais (“Campanha do Desbatismo”, “Miss Prostituta”, “A Margem da Margem”), de modo que o novo repertório exige uma dinâmica de deliberação mais intensa, tanto para formulá-lo, quanto para convencerem-se uns aos outros de que as consequências da ação serão oportunas para o coletivo.

A inserção dos grupos no debate público passa pela construção da agenda de atuação, e algumas das ações precisam necessariamente do apoio de agentes exógenos. Para tanto, as parcerias são firmadas com base em dois constrangimentos maiores, a cronologia de ações já levadas a cabo pelo coletivo, e o alinhamento para com o enquadramento da realidade defendido pelo grupo.

O artigo apresenta, por fim, a maneira pela qual ocorre a relação entre (1) a fachada social do grupo e (2) os processos de deliberação que caracterizam a imagem da entidade, e estabeleci dois padrões de atuação. De um lado, existe o padrão mediato, em que a fachada social é uma preocupação derivada de uma questão contingente sobre uma ação qualquer; por outro lado, a preocupação com a fachada pode ser imediata, quando o coletivo está em vias de alterar sua estrutura fundamental de atuação.

Espero que essas hipóteses possam ser detalhadamente trabalhadas em investigações futuras, e que elas contribuam para a discussão sobre movimentos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, J. **Ação Coletiva, cultura e sociedade civil:** secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. RBCS, no. 37, 1998.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais - um balanço do debate. **Lua Nova** (Impresso), v. 76, p. 49-86, 2009.

BENFORD, R. D. and D. A. SNOW. "Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment". **Annual Review of Sociology** 26. 2000.

DUPUIS-DERI, F. The Black Blocs Ten Years After Seattle. **Journal for the Study of Radicalism**, vol. 4, n. 02, pp. 45-82, 2010.

EMIRBAYER, M; GOLDBERG, C. Pragmatism. Bourdieu, and collective emotions in contentious politics. **Theory and Society**, vol. 34, pp. 469- 518, 2005.

GAMSON, W. **Falando de política**. Tradução de MARQUES, Â. C. S. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

GOFFMAN, E. **Frame analysis**: An essay on the organization of experience, London, Harper and Row, 1974.

GOFFMAN, E. (1959). **A Apresentação do eu na vida de todos os dias**. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa, Antropos, 1993

GOFFMAN, E. (1963). **Comportamentos em lugares públicos**. Trad. Fábio da Silva. São Paulo, Vozes, 2010.

GOFFMAN, E. (1964). **Rituais de Interação**- Ensaios sobre o comportamento face a face. Trad. Fábio da Silva. São Paulo, Vozes, 2010.

GOLDFARB, J. **The Politics of Small Things**: The Power of powerless in Dark Times. Chicago,London, The University of Chicago Press, 2006.

McADAM, D; TARROW, S; TILLY, C. Para Mapear o Confronto Político. Trad. Ana Maria Sallum. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, pp. 11-48, 2009.

McCARTHY, J. ZALD, M. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. **The American Journal of Sociology**, v. 82, p. 1212-1241, 1977.

MELLUCI, A. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. Entrevista a L.Avritzer e T. Lyyra. **Novos Estudos** Cebrap, no 40, 1994.

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Rev. Bras. Educ.** [online], n.05-06, pp. 134-150, 1997.

MONASTERIO, L. M.. Escolha Racional e Ação Coletiva: problemas e soluções. **Revista da Associação Mineira de Direito e Economia**, v. 3, p. 1-28, 2010.

NOGUEIRA, O. **Pesquisa Social**- Introdução às suas técnicas. São Paulo, Editora Nacional, 1977. p. 221.

SIMMEL, G. **Conflict**- The Web of Group Affiliation. New York, Free Press, 1955.

TARROW, S. **O poder em movimento**. Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TONI, F. Novos Rumos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais. **BIB**, São Paulo, n. 52, pp. 79- 104, 2001.